

COMISSÃO DO XXV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO faz saber aos interessados que, conforme deliberação da Comissão, a relação de pontos das matérias elencadas no art. 3º do Regulamento do Concurso é a seguinte:

DIREITO CIVIL

PONTO I

- a) Norma jurídica. Vigência. Interpretação e adequação da lei. Conflito de leis no tempo e no espaço. Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais. Ausência. Direito do idoso.
- b) Casamento. Regime de bens entre cônjuges e entre companheiros. Separação de fato. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. União estável.
- c) Posse e seus efeitos. Propriedade. Condomínio edilício.
- d) Princípios fundamentais do direito civil. Exercício e abuso de direito. Responsabilidade civil. Prescrição e decadência. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Ato ilícito.
- e) Sucessão em geral. Sucessão legítima. Capacidade sucessória.

PONTO II

- a) Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos ilícitos. Responsabilidade civil.
- b) Relações de parentesco. Poder familiar. Adoção. Casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Alimentos. União estável. Nascituro. Embriões excedentários. Relações familiares plurais.
- c) Modos de aquisição e de perda da propriedade. Usucapião. Direito de superfície. Função social e ambiental da posse e da propriedade.
- d) Obrigações e contratos. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento. Solidariedade. Cláusula penal.
- e) Condomínio em geral. Condomínio voluntário. Condomínio necessário. Condomínio edilício.

PONTO III

- a) Defeitos dos negócios jurídicos. Inexistência, nulidade e anulabilidade. Prescrição e decadência.
- b) Bens. Bens de família. Casamento. União estável. Regime de bens. Dissolução da união estável e do vínculo conjugal. Alimentos.
- c) Pessoa natural: capacidade e emancipação. Incapacidade. Internação psiquiátrica involuntária. Tutela. Curatela. Sucessão em geral. Capacidade sucessória.
- d) Direito das coisas. Direitos reais. Posse e seus efeitos.
- e) Contratos. Responsabilidade civil. Ato ilícito. Dano moral. Responsabilidade civil por perda de uma chance.

PONTO IV

- a) Casamento. Relações de parentesco. Proteção à pessoa dos filhos. União estável. Alienação parental. Princípio da paternidade responsável.
- b) Propriedade. Posse. Função social e ambiental da posse e da propriedade. Usucapião. Direito de superfície, Condomínio edilício. Incorporação imobiliária. Registro público.
- c) Contratos. Teoria da imprevisão. Teoria da resolução por onerosidade excessiva. Adimplemento substancial.
- d) Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas. Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais. Associações e fundações.
- e) Nascituro. Embriões excedentários. Relações familiares plurais. Usufruto e administração de bens de filhos incapazes.

PONTO V

- a) Propriedade imobiliária. Promessa de compra e venda. Imóveis loteados. Parcelamento do solo urbano. Adjudicação compulsória.
- b) Casamento. União estável. Alimentos. Alimentos gravídicos. Reprodução medicamente assistida. Planejamento familiar.
- c) Obrigações e contratos. Adimplemento e extinção. Inadimplemento. Solidariedade. Cláusula penal.
- d) Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Desconsideração da personalidade jurídica. Dano moral. Dano estético.
- e) Sucessão em geral. Sucessão legítima e testamentária.

DIREITO DO CONSUMIDOR

PONTO I

- a) Fontes do direito do consumidor. Proteção constitucional ao consumidor. Inserção do Código de Defesa do Consumidor no sistema jurídico: pensamento sistemático e diálogo das fontes. Interpretação e integração do sistema do Código de Defesa do Consumidor. Sistema nacional de defesa do consumidor.
- b) Relação jurídica de consumo. Teorias de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Consumidor: individual, coletivo e por equiparação. Enquadramento das pessoas jurídicas na condição de consumidoras. Fornecedor: espécies, entes despersonalizados e universalidades de direito e de fato. Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Teorias maior e menor da desconsideração.
- c) Responsabilidade civil pelo fato ou defeito do produto ou do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Responsabilidade dos profissionais liberais. Causas de exclusão da responsabilidade. Caso fortuito e força maior. Reparação de danos. Solidariedade. Decadência e prescrição. Ônus da prova referente ao consumidor e ao fornecedor.
- d) Meios de resolução extrajudicial de conflitos na proteção do consumidor. Mediação. Conciliação. Arbitragem. Termo de ajustamento de conduta. Convenção coletiva de consumo. Defesa do consumidor em juízo: individual ou coletiva. Juizados especiais para causas de consumo. Condições da ação e pressupostos processuais. Ônus da prova. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Competência. Sucumbência. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços. Sentença e coisa julgada.
- e) Cobrança de dívidas. Devolução em dobro da importância indevidamente exigida. Hipóteses de engano justificável. Cadastro de fornecedores e consumidores. Banco de dados negativo e positivo. Direito de acesso e correção das informações. Cancelamento da inscrição.

PONTO II

- a) Política Nacional das Relações de Consumo. Princípios. Vulnerabilidade. Harmonização dos interesses. Boa-fé objetiva. Educação. Informação. Acesso à justiça.
- b) Serviços públicos. Princípios da prestação de serviços públicos: continuidade, igualdade, eficiência e tarifação módica e uniforme. Corte dos serviços.
- c) Proteção contratual. Direito à informação. Interpretação dos contratos. Vinculação das declarações de vontade. Direito de arrependimento. Garantias contratual e legal. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Fornecimento de produtos ou serviços envolvendo outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor. Contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações. Alienação fiduciária em garantia. Contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis. Contratos bancários. Contratos relativos a planos de saúde.
- d) Direitos básicos do consumidor. Proteção à vida, saúde e segurança do consumidor. Garantia quanto à segurança e qualidade de produtos e serviços. Informação clara, adequada e precisa sobre produtos e serviços. Proteção contra as práticas comerciais abusivas. Efetiva prevenção e reparação de danos coletivos lato *sensu* ou individuais, patrimoniais ou morais. Dano moral. Solidariedade na

reparação dos danos. Acesso à justiça. Facilitação da defesa dos direitos do consumidor. Inversão *ope legis* e *ope judicis* do ônus da prova. Hipossuficiência.

e) Publicidade enganosa e abusiva. Práticas comerciais. Oferta. Vinculação do fornecedor à oferta, publicidade, escritos particulares e recibos. Oferta não publicitária. Dever de informar. Descumprimento da oferta. Princípios relacionados à oferta.

PONTO III

a) Relação jurídica de consumo. Teorias de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Consumidor: individual, coletivo e por equiparação. Enquadramento das pessoas jurídicas na condição de consumidoras. Fornecedor: espécies, entes despersonalizados e universalidades de direito e de fato. Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Teorias maior e menor da desconsideração.

b) Comércio eletrônico. Boa-fé e vulnerabilidade do consumidor na contratação via internet. Responsabilidade civil do fornecedor nos contratos eletrônicos. Prova da contratação eletrônica. Sigilo de dados e segurança do consumidor nas contratações eletrônicas.

c) Contratos relativos a planos de saúde. Normativa aplicável. Interpretação. Regulação. Agência Nacional de Saúde. Responsabilidade civil dos fornecedores.

d) Responsabilidade civil pelo fato ou defeito do produto ou do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Responsabilidade dos profissionais liberais. Causas de exclusão da responsabilidade. Caso fortuito e força maior. Reparação de danos. Solidariedade. Decadência e prescrição. Ônus da prova referente ao consumidor e ao fornecedor.

e) Superendividamento. Sociedade de consumo e o endividamento como fenômeno social. Massificação do crédito ao consumo. Conceito, pressupostos e classificação do superendividamento e do superendividado. Formas de enfrentamento do superendividamento. Planos de pagamento e ações revisionais com base no superendividamento.

PONTO IV

a) Direitos básicos do consumidor. Proteção à vida, saúde e segurança do consumidor. Garantia quanto à segurança e qualidade de produtos e serviços. Informação clara, adequada e precisa sobre produtos e serviços. Proteção contra as práticas comerciais abusivas. Efetiva prevenção e reparação de danos coletivos lato *sensu* ou individuais, patrimoniais ou morais. Dano moral. Solidariedade na reparação dos danos. Acesso à justiça. Facilitação da defesa dos direitos do consumidor. Inversão *ope legis* e *ope judicis* do ônus da prova. Hipossuficiência.

b) Revisão das cláusulas contratuais abusivas ou excessivamente onerosas. Teorias da excessiva onerosidade, lesão, quebra da base objetiva e imprevisão.

c) Relação jurídica de consumo. Teorias de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Consumidor: individual, coletivo e por equiparação. Enquadramento das pessoas jurídicas na condição de consumidoras. Fornecedor: espécies, entes despersonalizados e universalidades de direito e de fato. Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Teorias maior e menor da desconsideração.

d) Decadência e prescrição na relação de consumo. Prazos. Causas de suspensão. Prazo para reclamação. Vícios ocultos e aparentes. Aplicação subsidiária dos prazos previstos no Código Civil. Garantia legal e contratual. Cumulação dos prazos de garantia legal e contratual.

e) Meios de resolução extrajudicial de conflitos na proteção do consumidor. Mediação. Conciliação. Arbitragem. Termo de ajustamento de conduta. Convenção coletiva de consumo. Defesa do consumidor em juízo: individual ou coletiva. Juizados especiais para causas de consumo. Condições da ação e pressupostos processuais. Ônus da prova. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Competência. Sucumbência. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços. Sentença e coisa julgada.

PONTO V

a) Responsabilidade civil pelo fato ou defeito do produto ou do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Responsabilidade dos profissionais liberais. Causas de exclusão da

responsabilidade. Caso fortuito e força maior. Reparação de danos. Solidariedade. Decadência e prescrição. Ônus da prova referente ao consumidor e ao fornecedor.

b) Direitos básicos do consumidor. Proteção à vida, saúde e segurança do consumidor. Garantia quanto à segurança e qualidade de produtos e serviços. Informação clara, adequada e precisa sobre produtos e serviços. Proteção contra as práticas comerciais abusivas. Efetiva prevenção e reparação de danos coletivos lato *sensu* ou individuais, patrimoniais ou morais. Dano moral. Solidariedade na reparação dos danos. Acesso à justiça. Facilitação da defesa dos direitos do consumidor. Inversão *ope legis* e *ope judicis* do ônus da prova. Hipossuficiência.

c) Política Nacional das Relações de Consumo. Princípios. Vulnerabilidade. Harmonização dos interesses. Boa-fé objetiva. Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos. Educação. Informação. Acesso à justiça.

d) Serviços públicos. Princípios da prestação de serviços públicos: continuidade, igualdade, eficiência e tarifação módica e uniforme. Corte dos serviços.

e) Proteção contratual. Direito à informação. Interpretação dos contratos. Vinculação das declarações de vontade. Direito de arrependimento. Garantias contratual e legal. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Fornecimento de produtos ou serviços envolvendo outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor. Contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações. Alienação fiduciária em garantia. Contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis. Contratos bancários. Contratos relativos a planos de saúde.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO I

a) Processo e Constituição. A busca pela efetividade dos direitos e as reformas processuais. Meios alternativos de composição dos conflitos (conciliação, mediação e arbitragem). Normas de direito processual civil. Pedido liminar (satisfativo e cautelar).

b) Princípios constitucionais do processo civil. Tutela jurisdicional. Jurisdição. Recursos. Teoria do precedente judicial.

c) Ação e processo. Competência. Execução.

d) Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Partes e procuradores. Curadoria especial. *Amicus curiae*. Ministério Público. Responsabilidade processual. Gratuidade de justiça. Substituição e sucessão processual. Tutela cautelar.

e) Atos processuais. Prazos. Preclusão. Comunicação dos atos processuais. Nulidades. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo eletrônico.

PONTO II

a) Procedimento (ordinário, sumário e especial). Princípios dos procedimentos. Processo e Constituição.

b) Petição inicial. Demanda. Julgamento liminar de improcedência. Pedido liminar (satisfativo e cautelar). Posturas do réu diante da demanda. Ação e processo.

c) Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento imediato do mérito. Audiência preliminar. Saneamento. Audiência de instrução e julgamento. Recursos.

d) Direito probatório (teoria geral das provas e provas em espécie). Tutela cautelar.

e) Sentença e coisa julgada. Teoria da decisão judicial. Liquidação da sentença. Execução.

PONTO III

a) Teoria geral do processo de execução. Teoria do precedente judicial. Recursos.

b) Execução por quantia certa (autônoma e incidental).

c) Execução da obrigação de fazer, não fazer e entregar (autônoma e incidental). Medidas executivas de apoio. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de obrigação alimentar. Execução fiscal. Processo e Constituição.

d) Embargos à execução. Embargos à expropriação. Objeção de pré-executividade. Competência.

e) Teoria geral da tutela cautelar. Ações cautelares típicas. Juizados especiais.

PONTO IV

- a) Ação para cumprimento da obrigação de emitir declaração de vontade. Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito. Ação de prestação de contas. Ação de busca e apreensão em alienação fiduciária em garantia. Ações locatícias. Princípios constitucionais do processo civil.
- b) Ação possessória. Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião. Ação de divisão e demarcação de terras. Teoria do precedente judicial.
- c) Ação de inventário e da partilha. Ação de arrolamento. Ação de embargos de terceiro. Ação de restauração de autos. Ação monitoria. Procedimentos de jurisdição voluntária. Procedimentos extrajudiciais previstos no CPC (consignação extrajudicial, divórcio extrajudicial, separação extrajudicial, inventário extrajudicial). Ação e processo.
- d) Ações relativas à obrigação alimentar. Ação de investigação de paternidade. Ação negatória de paternidade. Ações de separação e divórcio. Ações relativas às averbações, retificações e anotações no registro civil. Ação de mandado de segurança individual. Ação de adjudicação compulsória. Ação para parcelamento do solo urbano. Ação de execução hipotecária. Competência.
- e) Ações dos juizados especiais (cíveis e fazendários). Ação de reclamação constitucional. Ação de *habeas data*. Ação de improbidade administrativa. Ação de desapropriação. Tutela cautelar.

PONTO V

- a) Ordem dos processos no tribunal. Julgamento monocrático e colegiado. Incidente de uniformização da jurisprudência. Incidente de assunção da competência. Incidente de declaração de inconstitucionalidade. Juizados especiais.
- b) Ação de homologação de sentença estrangeira. Ação rescisória. Ação anulatória. Princípios constitucionais do processo civil. Sentença e coisa julgada.
- c) Teoria geral dos recursos. Tutela cautelar.
- d) Apelação. Agravo. Embargos infringentes. Procedimento (ordinário, sumário e especial).
- e) Embargos de declaração. Recurso ordinário constitucional. Recurso excepcional (especial e extraordinário). Embargos de divergência. Processo e Constituição.

DIREITO EMPRESARIAL

PONTO I

- a) A empresa e o empresário. O estabelecimento. O nome empresarial. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Liquidação das sociedades.
- b) O direito empresarial à luz da ordem constitucional brasileira.
- c) Contratos bancários. Operações ativas e passivas dos bancos. Contrato de cartão de crédito. Juros moratórios e remuneratórios. Responsabilidade civil dos bancos. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. Factoring.
- d) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Ação cambial. Prescrição.
- e) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.

PONTO II

- a) Teoria geral da empresa. As pessoas que podem e as que são impedidas de exercer atividade empresarial. Formalidades e registros relativos às empresas.
- b) As sociedades. Sociedade não personificada. Sociedade personificada. Sociedade limitada. Sociedade cooperativa. Sociedade anônima. Direitos e responsabilidade dos sócios. Desconsideração da personalidade jurídica.
- c) Títulos de crédito. Cheque. Letra de câmbio. Nota promissória. Duplicata de compra e venda mercantil e de prestação de serviços. Cédula de crédito bancário.
- d) A ordem econômica. Concorrência e livre iniciativa. Franchising.

e) Contratos mercantis. Venda com reserva de domínio. Leasing. Alienação fiduciária. Representação comercial.

PONTO III

- a) Extinção, dissolução e liquidação das sociedades. Desconsideração da personalidade jurídica.
- b) Contratos bancários em geral. Juros moratórios e remuneratórios. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. Factoring.
- c) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Ação cambial. Prescrição.
- d) Falência. Sujeitos. Classificação de créditos. Ação revocatória. Pedido de restituição. Recuperação judicial. Meios de recuperação.
- e) Titular da empresa. Requisitos para o exercício da empresa. Capacidade e incapacidade. Menor. Interdito. Incompatibilidades funcionais. Proibição do comércio.

PONTO IV

- a) A empresa e o empresário. Empresário individual. Empresário regular. Sociedade limitada. Responsabilidade dos sócios cotistas. Exclusão do sócio. Os prepostos.
- b) Locação comercial. Fundo de comércio. O nome empresarial. Sociedades coligadas. Sociedade anônima.
- c) Títulos de crédito. Cheque. Letra de câmbio. Nota promissória. Duplicata de compra e venda mercantil e de prestação de serviços. Cédula de crédito bancário.
- d) Sociedade. Responsabilidade limitada, ilimitada e solidária. Responsabilidade do sócio-gerente e do administrador. Exclusão do sócio. Cessão de cotas. Dissolução parcial. Retirada do sócio. Desconsideração da personalidade jurídica.
- e) O direito empresarial à luz da ordem constitucional brasileira.

PONTO V

- a) Sociedade limitada. Sociedade anônima.
- b) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Ação cambial. Prescrição.
- c) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.
- d) Contratos bancários. Operações ativas e passivas dos bancos. Contrato de cartão de crédito. Juros moratórios e remuneratórios. Responsabilidade civil dos bancos. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. Factoring.
- e) A ordem econômica. Concorrência e livre iniciativa. Franchising.

TUTELA COLETIVA

PONTO I

- a) Fundamentação científica. Hermenêutica jurídica.
- b) Evolução histórica (Brasil e mundo). Ordem constitucional. Defensoria Pública e ações coletivas.
- c) Relação com a busca do Acesso à Justiça. Princípios.
- d) Função social, jurídica e política. Processo coletivo.
- e) Direito processual coletivo comum e especial. Controle de constitucionalidade.

PONTO II

- a) A integração normativa (Constituição Federal, Lei da Ação Civil Pública, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do Mandado de Segurança, Lei da Ação Popular, Lei de Improbidade Administrativa, Lei da Pessoa Portadora de Deficiência, Lei Antitruste e outras leis especiais). Competência.

- b) Elementos conceituais (situação coletiva, causa coletiva, interessados coletivos, legitimados coletivos, instrumentos extrajudiciais coletivos, ação coletiva, processo coletivo, questão coletiva, decisão coletiva).
- c) Objetivos. Condições da ação coletiva. Litispêndência e conexão.
- d) Princípios. Procedimentos coletivos.
- e) Classificação dos interesses coletivos. Sentença e coisa julgada.

PONTO III

- a) Meios alternativos de composição dos conflitos coletivos. Relação com a busca do Acesso à Justiça.
- b) Representação e remessa de peças aos legitimados coletivos. Publicação de editais. Audiência pública. *Amicus curiae*.
- c) Requisição de certidões e informações. Habilitação. Litisconsórcio.
- d) Procedimentos administrativos para investigação das situações coletivas (inquérito civil público e procedimentos análogos). Liquidação e execução coletiva.
- e) Termo de ajustamento de conduta. Interação entre as ações coletivas e as ações individuais.

PONTO IV

- a) Legitimidade. Defensoria Pública e ações coletivas. Coisa julgada coletiva. Aplicação subsidiária do CPC.
- b) Habilitação. Litisconsórcio. Deslocamento do legitimado passivo para o polo ativo. Desistência da demanda e assunção da titularidade ativa. Assunção da titularidade no caso do autor coletivo inerte. Intervenção do Ministério Público (fiscal da lei).
- c) Competência. Pedido coletivo. Tutelas liminares. Suspensão de execução da liminar. Provimentos coletivos.
- d) Atividade probatória. Instrumentos de participação democrática. Ação coletiva passiva.
- e) Sistema de isenção de encargos processuais. Responsabilidade solidária e desconsideração da personalidade jurídica das associações civis. Fundo de reparação aos bens jurídicos lesados. Recursos. Liquidação e execução coletiva.

PONTO V

- a) Estruturação procedimental das ações coletivas (ações coletivas com rito especial e ações coletivas sem rito especial). Ação civil pública.
- b) Ação coletiva para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ação coletiva inibitória. Ação de mandado de segurança coletivo. Habilitação. Litisconsórcio.
- c) Ação popular. Ação de usucapião coletiva. Ação coletiva cautelar. Classificação dos interesses coletivos.
- d) Termo de ajustamento de conduta. Liquidação e execução da obrigação coletiva pecuniária. Liquidação e execução das obrigações coletivas mandamentais.
- e) Controle de constitucionalidade. Sentença e coisa julgada coletiva.

DIREITO PENAL

PONTO I

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Criminologia. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa, Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Dignidade Sexual e Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra a Família. Crimes Contra a Incolumidade Pública.
- d) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente.

e) Lei nº 9.455/97: Tortura. Lei nº 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei 12.663/2012: Lei Geral da Copa. Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção. 12.850/2013: Leis sobre Organizações Criminosas. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente.

PONTO II

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Criminologia. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Extinção da Punibilidade;
- c) Crimes Contra a Pessoa, Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Dignidade Sexual. e Crimes Contra a Administração Pública.
- d) Crimes Contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- e) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 4.898/65: Abuso de Autoridade. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente.

PONTO III

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Criminologia. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa, Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos.
- d) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Dec.-Lei nº 3.688/41: Contravenções Penais. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente.
- e) Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 11.101/05: Crimes Falimentares. Lei nº 8137/90: Crimes Contra as Relações de Consumo; Lei nº 1.521/01: Crimes Contra a Economia Popular. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei 12.663/2012 (Lei Geral da Copa) em matéria criminal. Lei nº 12.984/2014: Crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei 9.455/97: Tortura. Lei nº 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente.

PONTO IV

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Criminologia. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública.
- d) Crimes contra a Incolumidade Pública. Crimes contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- e) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 1.521/01: Crimes Contra a Economia Popular. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente.

PONTO V

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Criminologia. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.

- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra o Sentimento Religioso. Crimes contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- d) Lei n° 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei n° 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei n° 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei n° 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei 9.455/97: Tortura. Lei n° 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei n° 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente.
- e) Lei n° 9.807/99: Proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas. Lei n° 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Dec.-Lei n° 3.688/41: Contravenções Penais. Lei n° 4.898/65: Abuso de Autoridade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO I

- a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência.
- b) Questões e Processos Incidentes. Sistemas processuais penais. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Princípios do processo penal.
- c) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal. Teoria do garantismo penal.
- d) Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal. Mandado de segurança em matéria criminal. Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal. Lei 12.663/2012 (Lei Geral da Copa) em matéria criminal.
- e) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Direitos humanos.

PONTO II

- a) Interpretação da Lei Processual Penal. Princípios do Processo Penal.
- b) Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Sistemas processuais penais.
- c) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Mandado de segurança em matéria criminal. Teoria do garantismo penal.
- d) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Tutela coletiva em matéria criminal.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei n° 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei n° 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei n° 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei n° 11.418/06: Repercussão Geral. Lei n° 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei n° 12.594/2012: Sinase. Tutela coletiva em matéria criminal.

PONTO III

- a) Princípios do Processo Penal. Questões e Processos Incidentes. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Sistemas processuais penais.
- b) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal.
- c) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal.
- d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Mandado de segurança em matéria criminal. Direitos humanos.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei n° 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei n° 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei n° 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei n°

11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Lei 12.663/2012 (Lei Geral da Copa) em matéria criminal.

PONTO IV

- a) Princípios do Processo Penal. Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Sistemas processuais penais.
- b) Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal. Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Teoria do garantismo penal.
- c) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais, Legislação extravagante. Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal.
- d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Mandado de segurança em matéria criminal.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Lei 12.663/2012 (Lei Geral da Copa) em matéria criminal.

PONTO V

- a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Princípios do Processo Penal. Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Sistemas processuais penais.
- b) Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. e) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Mandado de segurança em matéria criminal. Direitos humanos. Teoria do garantismo penal.
- c) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais, Legislação extravagante. Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal.
- d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Lei 12.663/2012 (Lei Geral da Copa) em matéria criminal.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Tutela coletiva em matéria criminal.

DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

PONTO I

- a) Princípios do Direito de Execução Penal. Objetivos da Execução Penal. Sistemas de Execução Penal. Natureza da Execução Penal.
- b) Fontes Positivas do Direito de Execução Penal.
- c) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- d) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena.
- e) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário.

PONTO II

- a) Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal. Destinatários da Lei de Execução Penal. O Condenado e o Internado. Classificação. Preso Estrangeiro. Exame Criminológico. Assistência. Trabalho do Preso.
- b) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- c) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário.
- d) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena. Procedimento Judicial. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação. Tutela Coletiva na Execução Penal.
- e) Instrumentos internacionais de proteção às pessoas presas: I) Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos da ONU (1955); II) Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966); III)

Convenção Americana de Direitos Humanos (1969); IV) Conjunto de Princípios para a proteção de todas as pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão (1988); V) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU (Resolução nº 39/46, adotada pela ONU em 1984 e ratificada pelo Brasil em 1989); VI) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, da OEA (1985); VII) Princípios básicos para o tratamento dos reclusos (Resolução da ONU nº 45/111, de 1990); VIII) Declaração sobre a proteção de todas as pessoas contra os desaparecimentos forçados (Resolução da ONU nº 47/133, de 1992); IX) Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok - 2010).

PONTO III

- a) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário. Regime Disciplinar Diferenciado.
- b) Lei 11.671/08 e Decreto 6.877/09 (Transferência de presos para estabelecimentos penais federais).
- c) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- d) Execução da Pena de Multa.
- e) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena. Procedimento Judicial. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação. Tutela Coletiva na Execução Penal.

PONTO IV

- a) Órgãos da Execução Penal. Estabelecimentos Penais. A Defensoria Pública e a Lei 12.313/10.
- b) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- c) Execução da Pena de Multa. Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena.
- d) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário.
- e) Incidentes. Excesso e Desvio de Execução. Conversões. Reabilitação.

PONTO V

- a) Execução da Pena Restritiva de Direitos. Suspensão Condicional da Pena.
- b) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- c) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário. Procedimento Judicial. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação. Tutela Coletiva na Execução Penal.
- d) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena. Incidentes. Excesso e Desvio de Execução. Conversões. Reabilitação.
- e) Instrumentos internacionais de proteção às pessoas presas: I) Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos da ONU (1955); II) Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966); III) Convenção Americana de Direitos Humanos (1969); IV) Conjunto de Princípios para a proteção de todas as pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão (1988); V) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU (Resolução nº 39/46, adotada pela ONU em 1984 e ratificada pelo Brasil em 1989); VI) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, da OEA (1985); VII) Princípios básicos para o tratamento dos reclusos (Resolução da ONU nº 45/111, de 1990); VIII) Declaração sobre a proteção de todas as pessoas contra os desaparecimentos forçados (Resolução da ONU nº 47/133, de 1992); IX) Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok - 2010).

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO I

- a) Direitos e Garantias Constitucionais.
- b) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- c) Meio-Ambiente na Constituição Federal. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.

- d) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- e) Processo Legislativo. Repartição de competências.

PONTO II

- a) Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Da Defensoria Pública.
- b) Estado de Defesa e Estado de Sítio.
- c) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- d) Ordem Social. Princípios.
- e) Direitos e Garantias Constitucionais.

PONTO III

- a) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- b) Processo Legislativo. Repartição de Competências.
- c) Direitos e Garantias Constitucionais.
- d) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- e) Intervenção nos Estados e Municípios.

PONTO IV

- a) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- b) Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Da Defensoria Pública.
- c) Direitos e Garantias Constitucionais.
- d) Meio-Ambiente na Constituição Federal. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.
- e) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.

PONTO V

- a) Estado de Defesa e Estado de Sítio.
- b) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- c) Intervenção nos Estados e Municípios.
- d) Direitos e Garantias Constitucionais.
- e) Ordem Social. Princípios.

DIREITO TRIBUTÁRIO

PONTO I

- a) Poder de tributar. Competência tributária. Competência residual.
- b) Impostos diretos e indiretos. Impostos reais e pessoais.
- c) Imposto sobre a transmissão de bens móveis e imóveis.
- d) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- e) Princípio da vedação do confisco.

PONTO II

- a) Princípio da legalidade tributária. Princípio da irretroatividade da lei.
- b) Tributação e solidariedade social.
- c) Competência tributária dos Estados e Municípios.
- d) Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária.
- e) Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

PONTO III

- a) Princípio da igualdade tributária e da capacidade contributiva.
- b) Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
- c) Processo judicial tributário: Mandado de Segurança, Ação de Consignação em Pagamento e Medidas Cautelares.
- d) Modalidades de extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário.
- e) Taxas.

PONTO IV

- a) Pagamento e repetição do indébito tributário. Ação anulatória de débito fiscal e ação declaratória.
- b) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.
- c) Crédito tributário: lançamento.
- d) Imunidade tributária, isenção tributária e não incidência tributária.
- e) Responsabilidade Tributária. Responsabilidade por substituição tributária. Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações.

PONTO V

- a) Fraude, elisão evasão e sonegação fiscal contra a Fazenda Pública.
- b) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- c) Obrigação tributária: sujeito ativo e passivo. Fato gerador da obrigação tributária.
- d) Execução fiscal e embargos.
- e) Decadência e prescrição do crédito tributário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO I

- a) Agentes Públicos: políticos, administrativos, honoríficos, delegados, diplomáticos. Investidura ou Provimento. Reingresso, Reintegração, Readmissão, Aproveitamento, Reversão e Transferência.
- b) Ato Administrativo. Fato Administrativo. Requisitos e Atribuição. Classificação. Efeitos. Formas.
- c) Serviços Públicos. Classificação. Execução. Competência. Requisitos. Atributos. Direito de Greve. Serviços Essenciais e o Código de Defesa do Consumidor. Gratuidade de Transporte, Educação e Saúde.
- d) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.
- e) Princípios Básicos da Administração Pública. Recurso Administrativo e os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

PONTO II

- a) Direito Administrativo. Fontes. Princípios Gerais de Direito. Relação do Direito Administrativo com os demais ramos do Direito. Interpretação da Norma de Direito Administrativo.
- b) Servidores Públicos. Classificação. Garantias. Deveres. Direitos de Ordem Pecuniária. Vantagens. Acumulação de Cargos. Empregos ou Funções. Estabilidade. Processo Administrativo Disciplinar.
- c) Contratos Administrativos. Características. Cláusulas Essenciais. Teoria da Imprevisão. Consequência da Inexecução. Rescisão. Licitações.
- d) Controle da Administração Pública pelo Judiciário. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção e Habeas Data.
- e) Autonomia Administrativa e Financeira de Órgão Público.

PONTO III

- a) Domínio Público. Bens Públicos. Afetação e Desafetação. Regime Jurídico dos Bens Públicos. Enfitese. Terras de Marinha e demais Terras Públicas. Patrimônio Histórico.
- b) Poderes da Administração Pública. Poder de Polícia e seus Atributos. Desvio e Abuso de Poder. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Processo Administrativo Disciplinar.
- c) Administração Pública: Direta e Indireta. Princípios que as regem e seus Poderes.
- d) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.
- e) Intervenção na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa. Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001).

PONTO IV

- a) Direito Administrativo. Fontes. Princípios Gerais de Direito. Relação do Direito Administrativo com os demais ramos do Direito. Interpretação da Norma de Direito Administrativo.
- b) Controle da Administração Pública. Controle Interno. Procedimento Investigatório. Controle Externo.
- c) Controle da Administração Pública pelo Judiciário. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção e Habeas Data.
- d) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.
- e) Intervenção na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa. Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001).

PONTO V

- a) Ato Administrativo. Fato Administrativo. Requisitos e Atribuição. Classificação. Efeitos. Formas.
- b) Intervenção na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa. Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001).
- c) A Atuação da Administração e o Devido processo Legal. Autotutela Administrativa. Revogação. Anulação. Sanatória dos Atos Administrativos.
- d) Atos de Improbidade. Moralidade Administrativa. Abuso de Autoridade. Desvio de Finalidade. Excesso de Poder. Ação Civil Pública.
- e) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PONTO I

- a) Seguridade social: conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização, custeio e princípios.
- b) Regime geral de previdência social: segurados e dependentes, filiação e inscrição, carência, espécies de benefícios e prestações, salário de benefício, renda mensal inicial, reajustamento e revisão, prescrição e decadência, acumulação de benefícios.
- c) Regime próprio de previdência dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro.
- d) Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.
- e) Justificação Administrativa e Judicial para fins previdenciários.

PONTO II

- a) Seguridade social: saúde, previdência e assistência. Distinções.
- b) Regime geral de previdência social: segurados e dependentes, filiação e inscrição, carência, espécies de benefícios e prestações, salário de benefício, renda mensal inicial, reajustamento e revisão, prescrição e decadência, acumulação de benefícios.
- c) Previdência complementar.
- d) Lei Orgânica da Assistência Social e Política Nacional de Assistência Social.
- e) Serviços: habilitação, reabilitação e serviço social.

PONTO III

- a) Seguridade social: conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização, custeio e princípios.
- b) Acidente de trabalho. Ações acidentárias.
- c) Regime próprio de previdência dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro.
- d) Justificação Administrativa e Judicial para fins previdenciários.
- e) Lei Orgânica da Assistência Social e Política Nacional de Assistência Social.

PONTO IV

- a) Seguridade social: saúde, previdência e assistência. Distinções.
- b) Regime geral de previdência social: segurados e dependentes, filiação e inscrição, carência, espécies de benefícios e prestações, salário de benefício, renda mensal inicial, reajustamento e revisão, prescrição e decadência, acumulação de benefícios.
- c) Regime próprio de previdência dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro.
- d) Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.
- e) Sistema Único de Saúde (SUS).

PONTO V

- a) Seguridade social: conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização, custeio e princípios.
- b) Regime geral de previdência social: segurados e dependentes, filiação e inscrição, carência, espécies de benefícios e prestações, salário de benefício, renda mensal inicial, reajustamento e revisão, prescrição e decadência, acumulação de benefício.
- c) Justificação Administrativa e Judicial para fins previdenciários.
- d) Lei Orgânica da Assistência Social e Política Nacional de Assistência Social.
- e) Sistema Único de Saúde (SUS).

DIREITOS HUMANOS

PONTO I

- a) Conceito e Evolução dos Direitos Humanos. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Conceito.
- b) Universalidade, Indivisibilidade Independência dos Direitos Humanos.
- c) Fontes dos Direitos Humanos. Alcance das obrigações do Estado.
- d) Obrigações dos Estados de Prover os Recursos Internos. Corte Interamericana: Caso Velásquez Rodríguez vs Honduras.
- e) Democracia e Direitos Humanos. Justiça Transicional. Corte Interamericana de Direitos Humanos: Caso Gomes Lund e outros vs Brasil.

PONTO II

- a) Sistema Universal de Direitos Humanos. ONU. Conselho de Segurança. Conselho Econômico Social. Conselho de Direitos Humanos. Exame Periódico Universal.
- b) ONU. Assembleia Geral. Conselho de Direitos Humanos e seus mecanismos subsidiários. Procedimentos Especiais, Mecanismo de Revisão Periódica Universal. Procedimento de Queixa e Outros Grupos de Trabalho. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.
- c) ONU. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Comitê de Supervisão. Jurisprudência.
- d) Convenção Contra a Tortura e Outras Penas Ou Tratamentos Cruéis, Desumanos Ou Degradantes. Comitê de Supervisão. Funções e atribuições. Subcomitê para a Prevenção da Tortura. Protocolo de Estambul.
- e) Tribunal Penal Internacional. História. Função. Jurisprudência.

PONTO III

- a) Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Organização. Órgãos. Comissão IDH. Corte IDH. Defensor Interamericano.
- b) Comissão IDH. Organização. Competência. Funções. Sistema de Petição Individual. Esgotamento dos Recursos Internos. Doutrina da Quarta Instância. “Processo de Fortalecimento” e as medidas cautelares do caso Belo Monte. Solução Amistosa.
- c) Corte IDH. Organização. Competência. Funções. Implementação das Decisões em Âmbito Nacional. Corte IDH. Caso Gomes Lund e outros vs Brasil.
- d) SIDH. Conceito de Vítima/Representante legal. Defensor Público e a LC 132/2009. “100 Regas de Brasília”. Defensor Interamericano.
- e) Jurisprudência do Sistema Interamericano. Liberdade Pessoal. Direito ao Recurso. Garantias Judiciais.

PONTO IV

- a) Direitos Humanos e Pessoas em Condição de Vulnerabilidade. Pobreza. Igualdade e Não discriminação. Princípio de não Submissão. Categorias Suspeitosas. Igualdade e Direitos Sociais.
- b) Direitos Humanos e Pessoas em Condição de Vulnerabilidade. Gênero, Sexo, Diferença Sexual. Reprodução Feminina. Política e Trabalho. Convenção de Belém do Pará. Jurisprudência del Sistema Interamericano. Caso González Y Otras (“Campo Algodonero”) Vs. México
- c) Direitos Humanos e Pessoas em Condição de Vulnerabilidade. Povos Originários. Terra e Território. Movimento Constitucional da América Latina. Justiça Ordinária vs Justiça Indígena. Jurisprudência do SIDH.
- d) Direitos Humanos e Pessoas em Condição de Vulnerabilidade. Criança e Adolescente. Normativa Internacional. Estandes Internacionais de Proteção. Jurisprudência do SIDH.
- e) Direitos Humanos e Pessoas em Condições de Vulnerabilidade. Discriminação Racial. Estandes Internacionais de Proteção.

PONTO V

- a) Justiça Penal Internacional. Estandes Internacionais de Direitos Humanos para Prisão e Liberdade. Soft Law. Jurisprudência da Corte Americana de Direitos Humanos e do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.
- b) Justiça Penal. Estandes Internacionais para o Direito ao Recurso Rápido e Simples. Habeas Corpus. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- c) Justiça Penal. Estandes Internacionais para Direito ao Tempo Razoável de Processo. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Sistema Europeu de Direitos Humanos.
- d) Justiça Penal. Estandes Internacionais para Direito de Ser Julgado por um Juiz Independente e Imparcial. Soft Law. Jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

e) Justiça Penal. Estandes Internacionais sobre Defesa Técnica. Direito ao um Advogado proporcionado pelo Estado. Defensor Público. Defensor Público Interamericano.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PONTO I

a) História social da infância brasileira. Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: a situação irregular e a proteção integral. Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Eixos fundamentais. Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Defensoria Pública no contexto do Sistema de garantias.

b) A criança e o adolescente na normativa internacional.

Declaração Universal do Direito das Crianças (1959).

Convenção Internacional sobre Direito da Criança.

Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999).

Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade.

Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing).

Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil. – Diretrizes de Riad (1990).

c) Direito a convivência familiar e comunitária. Família Substituta – excepcionalidade. Programas de acolhimento institucional e familiar. Família natural e família extensa. Socioafetividade. Perda ou suspensão do poder familiar. Audiência de Reavaliação – art. 19, § 1º, ECA, Provimento 32 do CNJ. Adoção e Guarda.

d) Ato infracional. Prática. Garantias processuais expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei 12.594/2012. Garantia do direito de defesa. Medidas Socioeducativas – natureza, tipos, aplicação, duração, prescrição. Dos Recursos. Da execução antecipada da medida socioeducativa. Resolução 165 CNJ.

e) Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos.

PONTO II

a) Sequestro Internacional de Crianças – Normativa Internacional – Tratado de Haia – Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças. Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999).

b) História social da infância brasileira. Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: a situação irregular e a proteção integral. Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Eixos fundamentais. Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Defensoria Pública no contexto do Sistema de garantias.

c) Conselho Tutelar – definição, atribuições, competência, escolha dos conselheiros e impedimentos. Conselho Tutelar e Medidas de proteção. Impugnação das decisões do Conselho Tutelar. Acolhimento institucional. Resolução 139 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA.

d) Sinase – Lei 12.594/2012. Execução das Medidas Socioeducativas. Princípios norteadores da execução das medidas socioeducativas. Objetivos, programa de atendimento, gestor do programa de atendimento. Unificação, prescrição, extinção de medidas socioeducativas. Dos Direitos Individuais. Direito de visitas. Do atendimento a Adolescente com Transtorno Mental e com Dependência de Álcool e de Substância Psicoativa.

e) Crimes e infrações administrativas.

PONTO III

- a) Características da doutrina da situação irregular e da doutrina da proteção integral. Criança e adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Atual Sistema de Garantias de Direitos.
- b) A criança e o adolescente na normativa internacional.
Declaração Universal do Direito das Crianças (1959).
Convenção Internacional sobre Direito da Criança.
Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999).
Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade.
Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing).
Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil. – Diretrizes de Riad (1990).
- c) Curadoria Especial no ECA. Direito de oitiva e participação da criança e adolescente no ECA e na Convenção sobre Direitos das Crianças. Audiência de Reavaliação, art. 19, § 1º do ECA, Provimento nº 32 do CNJ. Súmula nº 235 do TJRJ. Guarda e Adoção.
- d) Garantia do devido processo legal ao adolescente acusado da prática de ato infracional: acesso à justiça, ampla defesa e contraditório. Princípios aplicados. Do Paradigma da Proteção Integral. Papel da Defesa técnica. Aplicação de medida socioeducativa. Execução. Dos Recursos.
- e) Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos.

PONTO IV

- a) Os Direitos da Criança e Adolescentes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – Aspectos históricos.
- b) Direito a educação, cultura, ao esporte e lazer. Educação infantil, creches, ensino fundamental e ensino médio. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Acesso à escola pública próxima a residência. Atendimento educacional especializado. Deveres dos pais. Deveres dos dirigentes. Direito à educação e impossibilidade da reserva do possível. Crimes e infrações administrativas.
- c) Conselho Tutelar – definição, atribuições, competência, escolha dos conselheiros e impedimentos. Conselho Tutelar e Medidas de proteção. Impugnação das decisões do Conselho Tutelar. Acolhimento institucional. Resolução 139 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA.
- d) Medidas socioeducativas. Da competência para executar a medida socioeducativa (lei 12.594/2012, Resolução 165 do CNJ e Ato Normativo Conjunto nº 16 do TJRJ). Dos princípios que regem a execução da medida socioeducativa. Da unificação das medidas. Do direito a visita. Do direito a saúde na execução da medida. Do plano individual de atendimento. Da extinção das medidas socioeducativas. Prescrição.
- e) Da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos.

PONTO V

- a) Princípios relativos à Aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Eixos fundamentais. Resolução 113 do CONANDA. Defensoria Pública no contexto do Sistema de garantias.
- b) Guarda e Adoção. Evolução do instituto. Conceito, características e tipos. Requisitos objetivos e subjetivos. Impedimentos. Adoção por casais homoafetivos. Adoção *intuitu personae* e a dispensa do prévio cadastramento e do respeito à ordem cronológica de prioridade. Destituição do poder familiar. Procedimento de perda ou suspensão do poder familiar. Abrigamento e reavaliação.
- c) Curadoria Especial no ECA. Direito de oitiva e participação da criança e adolescente no ECA e na Convenção sobre Direitos das Crianças. Audiência de Reavaliação, art. 19, § 1º do ECA, Provimento nº 32 do CNJ. Súmula nº 235 do TJRJ. Guarda e Adoção.

- d) Apuração do ato infracional atribuído a adolescente. Oitiva informal. Internação provisória. Aplicação de medida socioeducativa. Da remissão. Dos Recursos. Execução de Medidas socioeducativas. Regressão. Substituição. Detração. Extinção.
- e) Educação ou justiça inclusiva.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

PONTO I

- a) Histórico: o desenvolvimento da Defensoria Pública no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
- b) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as conseqüentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.
- c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos. Os modelos teóricos de assistência jurídica dos Estados contemporâneos: conteúdo e limitações práticas. O modelo brasileiro de assistência jurídica estatal gratuita.
- d) Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública.
- e) Princípios institucionais da Defensoria Pública. Garantias dos membros da Defensoria Pública. Direitos dos assistidos.

PONTO II

- a) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as conseqüentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.
- b) A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Lei Federal nº 8.906/1994).
- c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos.
- d) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do Defensor Público. A relação jurídica estabelecida entre assistido e Defensoria Pública: natureza, formalização, conteúdo característico, extensão e limites.
- e) Funções institucionais da Defensoria Pública: definição, classificação e análise em espécie. Interpretação sistemática das funções institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 80/1994, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na Lei Complementar Estadual nº 06/1977. Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Teoria dos poderes implícitos e investigação criminal defensiva. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública.

PONTO III

- a) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as conseqüentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.
- b) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos. Os modelos teóricos de assistência jurídica dos Estados contemporâneos: conteúdo e limitações práticas. O modelo brasileiro de assistência jurídica estatal gratuita.
- c) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do Defensor Público. A relação jurídica estabelecida entre assistido e Defensoria Pública: natureza, formalização, conteúdo

característico, extensão e limites.

d) Funções institucionais da Defensoria Pública: definição, classificação e análise em espécie. Interpretação sistemática das funções institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 80/1994, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na Lei Complementar Estadual nº 06/1977. A legitimidade da Defensoria Pública para a tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Proibições dos membros da Defensoria Pública.

e) Estrutura e Organização Administrativa da Defensoria Pública. Os órgãos de composição da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A carreira de Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro: escalonamento, ingresso, nomeação, posse, lotação, remoção, promoção e reingresso.

PONTO IV

a) Histórico: o desenvolvimento da Defensoria Pública no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

b) A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Lei Federal nº 8.906/1994).

c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos.

d) Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Teoria dos poderes implícitos e investigação criminal defensiva. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Objetivos da Defensoria Pública.

e) Regime disciplinar da Defensoria Pública. Do direito de greve no âmbito da Defensoria Pública. Atribuição, Impedimento e Suspeição.

PONTO V

a) A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Lei Federal nº 8.906/1994).

b) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos.

c) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do Defensor Público. A relação jurídica estabelecida entre assistido e Defensoria Pública: natureza, formalização, conteúdo característico, extensão e limites.

d) Funções institucionais da Defensoria Pública: definição, classificação e análise em espécie. Interpretação sistemática das funções institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 80/1994, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na Lei Complementar Estadual nº 06/1977. Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Princípios institucionais da Defensoria Pública. Garantias dos membros da Defensoria Pública. Deveres dos membros da Defensoria Pública.

e) Estrutura e Organização Administrativa da Defensoria Pública. Os órgãos de composição da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A carreira de Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro: escalonamento, ingresso, nomeação, posse, lotação, remoção, promoção e reingresso.